PROCESSO N.° 1415/09 PROTOCOLO N.º 10.284.826-8/09

PARECER CEE/CEB N.º 194/10 APROVADO EM 03/03/10

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

INTERESSADA: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO: CURITIBA

ASSUNTO: Autorização para funcionamento do Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos em caráter experimental.

RELATORA: MARIA DAS GRAÇAS FIGUEIREDO SAAD

I RELATÓRIO

1. Histórico

A Secretaria de Estado da Educação - SEED pelo Of. n.º 4983/09 - GS/SEED, de 1º/12/2009 (fls. 03), protocolado no Sistema Integrado em 01/12/2009, encaminhou ao Presidente deste Conselho a Proposta Pedagógica para Escolas Quilombolas do Estado do Paraná, para análise e parecer.

Consta do ofício que a proposta objetiva fortalecer, qualificar e garantir o atendimento escolar das comunidades quilombolas, respeitando o modo de vida destas populações nos processos de ensino e aprendizagem das crianças, jovens, adultos e idosos, assim como contribuir para amenizar e/ou evitar grandes deslocamentos que, devido às inúmeras condições naturais adversas, do ambiente em que vivem, colocam em risco suas vidas.

Destaca-se que a presente proposta será desenvolvida no Colégio Estadual Diogo Ramos, que conforme apontado no processo, funciona em "estrutura provisória" (fls. 07), criado na Comunidade Remanescente de Quilombo João Surá, no Município de Adrianópolis, no Vale da Ribeira.

Trata-se de proposta pedagógica em caráter experimental que a SEED por meio do Núcleo de Educação das Relações Etnicorraciais e Afrodescendência - NEREA, ligado ao Departamento da Diversidade, pretende executar em outras áreas quilombolas (fls. 10).

2. Da Proposta Pedagógica, extrai-se alguns elementos fundamentais.

2.1 Justificativa (fls. 12 a 16):

A proposta é fundamentada nos preceitos da Constituição Federal, da reformulação da LDB disposta na Lei n.º 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, do Parecer do Conselho Nacional de Educação n.º 03/04, da Deliberação n.º 04/06 desse Colegiado, que instituiu

normas complementares às diretrizes nacionais, na Educação do Campo, e na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), das lutas dos movimentos sociais negros, do segmento quilombola para as escolas quilombolas no Paraná.

Ainda, apresentam (fls. 12):

(...)
Quando o quilombola afirma ver que hoje " a educação poderia estar atendendo às necessidades do aprendizado das crianças com melhor qualidade", questiona a lógica da Educação Rural, e faz refletir sobre políticas educacionais, processos pedagógicos e metodológicos capazes de atender as necessidades de crianças, jovens e adultos quilombolas.

(...)
Essas diretrizes apontam a necessidade de transformações teórico metodológicas, que dialoguem com as especificidades da diversidade humana e territorial do campo paranaense no processo de construção e implementação de políticas públicas educacionais. A partir daí torna-se legítimo pensar uma educação diferenciada para sujeitos do campo, em particular para esta proposta, os quilombolas. (cf. fls. 13)

2.2 Dos objetivos (fls. 17):

Objetivos

Objetivo Geral
Esta proposta pedagógica tem por objetivo apontar princípios e orientações para organização e consolidação de práticas educativas que associem Escolarização, Educação das Relações Étnico-Raciais e Etnodesenvolvimento sustentável e Solidário.

Objetivos Específicos:
● Propor ações de reconhecimento e superação das desigualdades sociais e étnico-raciais, a partir de demandas apresentadas pela comunidade Remanescentes de Quilombo João Surá, (citar art. 1 LDB).
● Contribuir no processo de construção e fortalecimento das identidades étnicas existentes no estado do Paraná.
● Viabilizar aos quilombolas o atendimento escolar na sua comunidade de origem, valorizando atitudes, posturas e conhecimentos que eduquem sujeitos conscientes e orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial.
● Possibilitar uma nova forma de organização dos tempos e espaços escolares com vistas a contribuir na superação da exclusão, no etnodesenvolvimento, na valorização da cultura, dos conhecimentos e das experiências da comunidade no currículo escolar.
● Articular os saberes e as práticas escolares com princípios e objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT (Decreto 6040/2007).

2.3 Da Proposta Pedagógica

Está descrita às folhas 51 a 102 e está organizada nos seguintes itens, além daqueles apresentados anteriormente:

- Escola Quilombola e Etnocentrismo (fls. 18 a 50);

- Organização Curricular (fls. 51 a 79);

- Formação Continuada (fls. 80 a 82);

- Avaliação (fls. 83 a 87);

- Gestão Democrática (fls. 88 a 90);

- Referências (fls. 91 a 97);

- Anexo no qual se encontra um projeto de escola (fls. 99 a 102).

A partir daqui destacaremos itens importantes para entendimento da referida oferta.

2.3.1 Organização Curricular (fls. 51 a 79)

É descrito às fls. 56 que a estrutura curricular está baseada em eixos temáticos que são compreendidos como problemas centrais a serem focalizados nos conteúdos escolares, quais sejam:

- Dos Eixos Temáticos (fls. 57 a 67):

Descrição dos Eixos Temáticos

1) Educação das Relações Étnico Raciais, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira
(…) reconhecimento e valorização da História, Cultura e Identidade da População afrodescendente e quilombola, contribuindo, dessa forma, com o combate ao racismo, à desigualdade social e racial e implicando na reeducação das relações étnico-raciais.
Redimencionando as orientações legais para essa temática, o trabalho pedagógico nas Escolas em comunidades Remanescentes de Quilombo pode basear-se nos seguintes princípios: 1) na conscientização das múltiplas dimensões (antropológicas-culturais, psicológicas, ontológicas, políticas, históricas, etc.) de desterritorialização e reterritorialização de africanos e seus descendentes no Brasil e, 2) no fortalecimento de identidades que se constroem a partir de territórios de predomínio afrobrasileiro e da garantia do direito de titularização desses territórios.

2) Trabalho
Fundamentando-se nas Diretrizes Curriculares da Educação da Educação do Campo, trabalho é "atividade humana de transformação da natureza e do próprio ser humano" (p. 30). Dessa forma, como já explicitado anteriormente, o conceito aqui utilizado não separa a dimensão criativa da produtiva, não reduz o trabalho à ideologia do emprego e da acumulação.
Nessa perspectiva a prática social do trabalho comporta dimensões educativas, que articuladas na organização escolar e curricular, pode gestar mecanismos que garantam a sobrevivência material ambientalmente sustentável e economicamente solidário. Não se trata entretanto de se prender apenas na forma como tal prática se constitui na comunidade de São

Surá, mas de toma-la como ponto de partida para compreensão da realidade global e, a partir disso, de retorno qualificado ao local, onde o trabalho potencializado pelo conhecimento escolar, passa a ser um referencial de transformação.

3) Meio Ambiente e Manejo Territorial
Para esse eixo, considera-se a dimensão socioambiental do território, que não se restringe apenas aos aspectos naturais, mas às dinâmicas da relação sociedade/natureza. Trata-se de problematizar como a comunidade vem se relacionando com a natureza que o envolve e como esta define as formas de ocupação e uso territorial, definida como manejo.
O manejo deve ser compreendido como a forma com a qual a comunidade vem agenciando os recursos naturais de seu território, garantindo, a partir disso, a continuidade de seu modo de vida.

4) Organização Comunitária e Políticas Públicas
Esse eixo temático tem como objetivo instigar a organização comunitária a partir do reconhecimento dos direitos conquistados historicamente e a verificação (ou não) de sua aplicabilidade.

5) Etnodesenvolvimento Sustentável com enfoque territorial
Em consonância com o Decreto 6040/07 e no princípio de não dissociabilidade de educação e autodesenvolvimento pessoal e coletivo, esse eixo-temático procura contribuir para a elaboração de estratégias de desenvolvimento aproveitando as tradições locais; respeito os recursos (naturais, técnicos ou humanos) locais e que sejam construídas com a participação comunitária em todas as etapas de planejamento, execução e avaliação.

Nessa perspectiva a educação escolar, a partir da compreensão articulada da especificidade cultural ética, do trabalho e da utilização equilibrada dos recursos socioambientais, contribui na proposição das alternativas de desenvolvimento comunitário, inserindo-se de forma ativa e na dinâmica de funcionamento do Fórum de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira e do Projeto Vale do Ribeira Sustentável. Se trata então de compreender a educação como política diretamente associada às estratégias de desenvolvimentos regionais formuladas pelo Estado (em suas instâncias federais e estaduais) e com efetiva participação das comunidades envolvidas.

A escola, dessa forma, torna-se laboratório das atividades produtivas que possam fomentar o desenvolvimento comunitário. Para tanto ela deve dialogar com outras instituições que atuam ou atuarão na comunidade, identificando e diagnosticando as atividades produtivas lá existentes – ou possíveis de serem realizadas de acordo com a disponibilidade dos recursos locais e potencializando-as através das qualificações profissionais que serão oferecidas em parceria com estas instituições.

6) Economia Solidária
A proposição do etnodesenvolvimento sustentável com enfoque territorial, segundo as proposições que embasam essa proposta pedagógica, aponta necessariamente para uma forma de organização econômica ancorada nos princípios de autosugestão, na cooperação, na participação comunitária, no respeito à natureza e na valorização e promoção da dignidade do trabalho humano, ou seja, para a Economia Solidária.

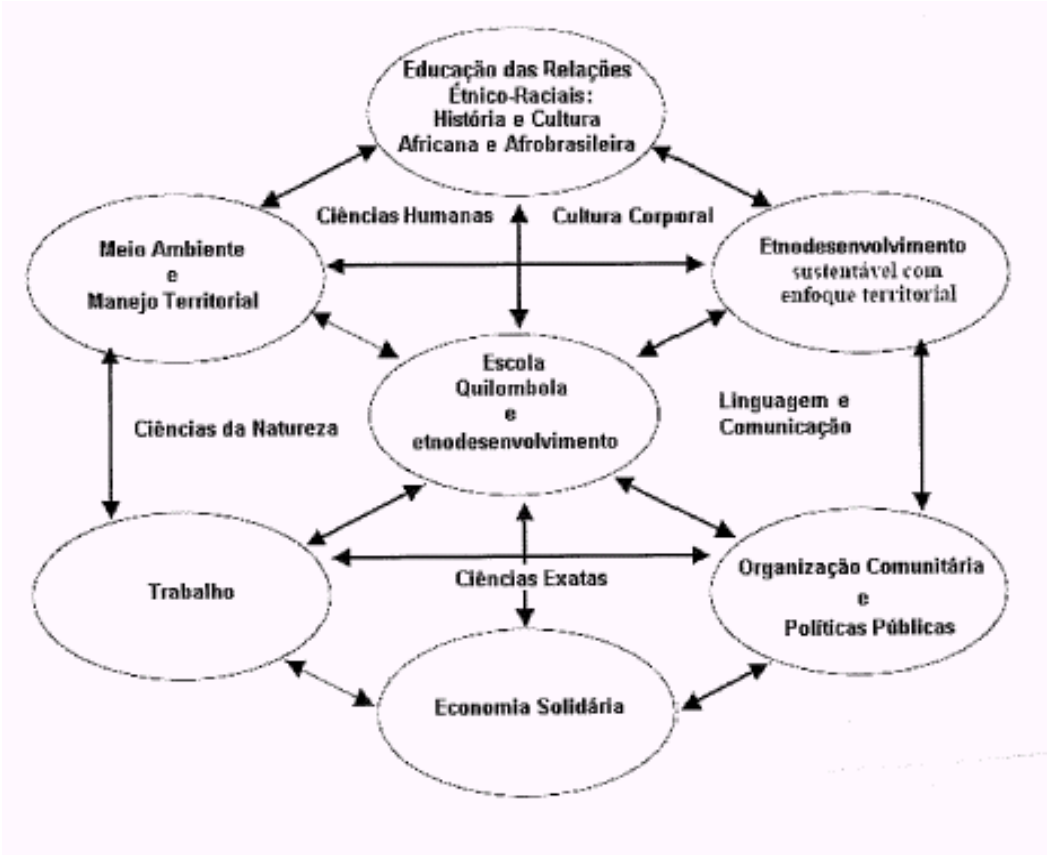
2.3.1.1 Das Áreas de Conhecimento e Esquema para a Organização Curricular (fls. 62 e 63):

Cabe-nos salientar que não há uma diferenciação por etapas do ensino. Assim:

Os eixos-temáticos anteriormente propostos, enquanto problemáticas centrais a serem focalizadas nos conteúdos escolares, deverão ser trabalhados nas seguintes Áreas do Conhecimento e suas respectivas disciplinas nas quais o currículo escolar será organizado.

Área	Disciplinas-Ensino Fundamental	Disciplinas Ensino Médio
Linguagem e Comunicação	Língua Portuguesa e Língua Estrangeira	Língua Portuguesa e Língua Estrangeira
Ciências Exatas	Matemática	Matemática e Física
Ciências da Natureza	Ciências	Química e Biologia
Humanas	História, Geografia e Ensino Religioso	História, Geografia, Sociologia e Filosofia
Educação Física	Educação Física e Arte	Educação Física e Arte

Diante das Áreas de Conhecimento e dos Eixos-temáticos apresentados, a organização curricular será realizada a partir do seguinte esquema.



2.3.1.2.Quanto ao referencial metodológico para organização curricular e prática docente descrevem (fls. 63 a 68):

Embora a metodologia perpasse toda construção da proposta, há a necessidade de se pontuar os referenciais nesse campo específico de organização curricular.

Salientamos que a metodologia dialógica carrega em si a necessidade de um trabalho vivo e coletivo, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar como em um "mutirão". Desafio que exige um processo de formação continuada de professores; uma gestão fundada na participação de todos os envolvidos no processo educacional e um planejamento participativo onde a comunidade escolar é desafiada a construir uma organização curricular.

Organização curricular que deve contemplar, de forma integrada, os conhecimentos historicamente construídos e legitimados pelo processo educacional, ao mesmo tempo em que a comunidade assume-se como construtora de conhecimentos a partir de suas experiências, transformando a prática pedagógica cotidiana.

Nesse sentido, o processo educacional é compromisso com a transformação social e econômica a favor dos excluídos.

a) Investigação
A investigação nos permite uma contextualização ampla e relacional da realidade local nas diferentes dimensões: socioeconômica, socioambiental, histórica, cultural e ética. Para tanto se efetivará a necessária investigação acerca do lugar: Que lugar é este? Que informações histórico-sociais os definem como tal? Que práticas cotidianas do fazer possuem significados que podem ser transformados em elementos pedagógicos, dentro das suas especificações, relacionando as áreas do conhecimento?

b) Problematização
A partir das informações coletadas, analisadas e sistematizadas, que na prática serão momentos de um processo de pesquisa participativa, colaborativa, as situações e falas consideradas significativas serão selecionadas no sentido de evidenciar as diferentes visões e percepções dos diversos segmentos das comunidades remanescentes de quilombos.
A problematização pressupõe diálogo com o ser, estar e o pensar dos sujeitos históricos, suas ações e reações, frente as situações vivenciadas, os limites de explicação da realidade e a seleção de situações e falas significativas, no sentido de buscar soluções para situações de preconceito, discriminação e racismo, e principalmente a ação política para a garantia da posse do território e seu desenvolvimento.

c) Sistematização através da construção do Complexo Temático
É o momento do registro. A partir do dialogo entre professores, gestores, comunidade e alunos com suas experiências e a produção teórica, cria-se uma rede de relações, ultrapassando o que aparece como "senso comum", possibilitando uma análise e produção de síntese das situações vivenciadas individual ou coletivamente.
Essa ação provocará, sem dúvida, um diálogo com a concepção de organização curricular estabelecida, reavaliando-a na perspectiva de uma educação de qualidade que incorpore os desejos e anseios da comunidade quilombola.

O complexo temático também vem contemplar uma forma de organização do trabalho escolar que dê conta da fragmentação existente entre as áreas de conhecimento e os eixos temáticos, dialogando da totalidade para o olhar

particular de cada área do conhecimento, e da área do conhecimento para a realidade, como agente transformador da mesma.

d) Elaboração do Plano de Trabalho Docente
É o fazer-fazendo, é o momento da práxis. Significa dar consistência à prática, conceber a todos como sujeitos históricos em emancipação. Compreender que a realidade precisa ser vivenciada como uma rede de relações, elaborando um plano que estabeleça uma articulação entre conhecimentos das áreas, suas respectivas disciplinas e a experiência local.

O Plano de Trabalho docente deverá ser construído respeitando e explicitando os seguintes passos: Área do Conhecimento, Tema Gerador e sua relação com os conteúdos historicamente acumulados, Ações Metodológicas e Ações Avaliativas.

e) Avaliação
A partir dos registros e subsídios da prática, da identidade forjada, das sínteses produzidas provisoriamente das pesquisas, da produção acadêmica sobre as comunidades remanescentes de quilombos, se concretiza o processo de avaliação.

É o diálogo entre os autores e atores, e o processo educacional, reiterando o caráter de construção coletivo da escola, fortalecendo o papel da gestão, da comunidade, dos professores e alunos, provocando a articulação destes segmentos, a interlocução entre os diversos espaços de ensino e de aprendizagem e os diferentes saberes.

2.3.1.3.- Tempos e Espaços Escolares - ciclos de formação (fls. 68 a 79):

Afirmam que a construção do currículo "ancorada em pressupostos freirianos" deve organizar o processo ensino-aprendizagem sem rupturas. Para tanto, propõem que a organização curricular seja em **ciclos de formação,** pois privilegia as necessidades de aprendizagem dos alunos e da comunidade.

Entende-se que a organização curricular em ciclos de formação humana tende a viabilizar o processo de recriação ativa da cultura daquela comunidade, propondo uma educação que privilegia o repensar dos espaços e dos tempos escolares a partir das necessidades de aprendizagem dos alunos e da comunidade.

Dessa forma, tais espaços não devem ser pensados apenas em seus aspectos físicos/arquitetônicos, mas também em função da forma como se propõe aos alunos a ocupação desses espaços na realização do trabalho pedagógico. Esse trabalho pode ser entendido como sendo a organização dos grupos em sala de aula, ou fora dela, as rodas, e outras formas de ocupação do espaço escolar.

Nesse ponto, são apresentados alguns dados da demanda da comunidade João Surá, de um total de 108 pessoas em idade escolar:

Tabela 1 - Nível de Escolarização da Comunidade Remanescente de Quilombo João Surá

	Em Idade Regular	Acima da Idade Regular	Total
Analfabetos		25	**25**
E. F. Anos Iniciais	8	40	**48**
E. F. Anos Finais	11	9	**20**
E. Médio	8	7	**15**
		Total	**108**

A partir desses dados, constatamos que a comunidade possui um índice de:
● 23,14% de analfabetos;
● 44,45% de educandos em idade escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
● 18,52% de educandos em idade escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental;
● 13,88% de educandos em idade escolar no Ensino Médio.

Ressalta-se ainda que o Colégio Estadual Diogo Ramos, localizado na Comunidade em João Surá atende atualmente:

● 11 estudantes de Ensino Fundamental;
● 16 estudantes de Ensino Médio;
● 02 estudantes de EJA.

Oriundos de duas comunidades quilombolas (Praia do Peixe/PR e Praia Grande/SP) próximas a João Surá e que enfrentam as mesmas dificuldades de acesso à escola e ampliam a demanda de escolarização regular.

Os números daquelas comunidades apontam para:

- 11 pessoas para o Ensino Fundamental - Anos Finais;

- 16 pessoas para o Ensino Médio

Em **regime de alternância**, (fls. 71 e 72) a demanda de estudantes (24 do Ensino Fundamental e 34 do Ensino Médio) de outras 4 comunidades quilombolas (Córrego do Franco, Estreitinho, Três Canais e São João) de Adrianópolis e 1 de Bocaiúva do Sul (Areia Branca) que percorrem cerca de 30 km para estudar no município da Barra do Turvo-SP, e que já expressaram interesse em realizar a escolarização integrada com qualificação social e profissional conforme apontado na Proposta Pedagógica para Escolas Quilombolas da Rede Estadual de Educação do Paraná.

Atualmente o Colégio Estadual Diogo Ramos, atende 22 alunos de Ensino Fundamental e 24 de Ensino Médio das comunidades quilombolas próximas de João Surá. Com a construção definitiva da escola e com a oferta de escolarização integrada com a qualificação profissional em regime de alternância, o Colégio Estadual Diogo Ramos **poderá absorver as demandas**

> de outras 2 (duas) comunidades quilombolas (Córrego das Moças e Sete Barras) e 2 (duas) comunidades negras tradicionais (Bairro dos Roque e Tatupeva) de Adrianópolis, bem como da comunidade Quilombola do Varzeão - Dr. Uysses, já que essa é uma tendência percebida no Plano de Ações do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira.
>
> Em relação ao tempo escolar **acredita-se que o ciclo possibilita** a sua ampliação, uma vez que o aprendizado escolar **não se interrompe ao final do ano como na seriação**. Esta proposta permite que crianças e jovens com idades próximas e interesses semelhantes possam estar juntos numa mesma etapa de escolarização, viabilizando a realização de um trabalho pedagógico voltado para as especificidades daquele grupo. (grifei)
>
> Cabe ressaltar, que a **organização em ciclos, de certo modo, assemelha-se a forma como se organizava a aprendizagem nos chamados "Círculos de Cultura"** que, ainda que em âmbito de uma educação popular, propunha um novo modo didático-espacial-temporal de se lidar com a aquisição do conhecimento.

Note-se que a perspectiva dos Círculos de Cultura (propostos por Freire) é aproveitada para a organização curricular da escola nas comunidades quilombolas, para o Ensino Médio e para a Educação de Jovens e Adultos (cf. fls. 73 e 74).

Apresenta-se a seguir quadro com a organização dos alunos em cada ciclo dos níveis e modalidades de ensino:

Nível/Modalidade de ensino	Ciclo	Etapa	Idade
EF/ANOS FINAIS: duas turmas, um ciclo dividido em duas etapas, docentes por área (4 docentes)	Ciclo II	Etapa I	11 – 12
		Etapa II	13 – 14
EM: uma turma, docentes por área (4 docentes)	Ciclo III	Etapa I	15 – 16 – 17
EJA: uma turma, docentes por área (4 docentes)	EJA	EJA	Maiores de 18 anos

A escola atenderá o ciclo II (etapas I e II) no turno da manhã, o Ciclo III no vespertino e a EJA no noturno. As salas intermediárias do Ciclo II ocorrerão no vespertino e do Ciclo III no noturno.

Para os Ciclos II e III é apresentada a seguinte matriz curricular:

Matriz Curricular

Área do Conhecimento	Ciclo II					Ciclo III			
	Etapa I		Sala Intermediária	Etapa II		Sala Intermediária	III		
	11 anos	12 anos		13 anos	14 anos		15 anos	16 anos	17 anos
Linguagens e Comunicação	4	4	2	4	4	3	3	3	3
	2	2		2	2		1	1	1
Ciências Exatas	4	4	2	4	4	3	3	3	3
	0	0		0	0		2	2	2
Ciências da Natureza	4	4	2	4	4	3	0	0	0
	0	0		0	0		2	2	2
	0	0		0	0		2	2	2
Ciências Humanas	3	3	2	4	3	2	2	2	2
	3	3		3	4		2	2	2
	1	1		0	0		0	0	0
	0	0		0	0	2	2	2	2
	0	0		0	0		2	2	2
Cultura Corporal	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	2	2		2	2		2	2	2
Carga Horária Semanal	25	25	10	25	25	15	25	25	25
Carga Horária Anual	1000	1000	400	1000	1000	600	1000	1000	1000

Ainda, descrevem o que segue sobre os tempos e espaços:

Nessa perspectiva, sugere-se que os professores organizem os tempos e os espaços escolares de acordo com as especificidades até aqui apontadas, buscando aproximar a prática escolar da vida cotidiana nas comunidades quilombolas, tal como segue:

● **Tempo/Espaço Aula**: momento em que educandos e educadores se encontram dentro das salas de aula, promovendo as leituras, os debates, abordando conteúdos, desenvolvendo atividades teóricas e práticas, oficinas e seminários, em forma individual ou em grupo.
● **Tempo/Espaço comunidade**: momento de campo, do diálogo com a comunidade, do contato com os saberes locais, com o patrimônio cultura material e imaterial, de investigação da Ancentralidade presente na história dos negros das comunidades quilombolas, suas lutas e suas relações com a natureza, assim como as transformações ocorridas nas áreas remanescentes ao longo dos tempos. Salienta-se a necessidade da problematização temática, de um recorte do conhecimento, dos conteúdos trabalhados no Tempo/Espaço Aula, para que estes sejam, através do diálogo com a comunidade, reconhecidas, identificadas, avaliadas, numa prática afirmativa de valorização da história, da cultura e da identidade Quilombola.
● **Tempo/Espaço Recreação**: o tempo das brincadeiras, dos jogos, das músicas, das representações teatrais, entre outras atividades que se promovam de acordo com a concepção de recreação da comunidade, dos educandos e dos educadores. Destaca-se o respeito às necessidades, da criança, do jovem e do adulto, sujeitos Negros das Áreas Remanescentes de Quilombos, de refletir que o conhecimento é cotidiano e se constrói em todos os momentos da vida.

● **Tempo/Organização Comunitária:** aqui, a escola se configura como espaço de formação política, de análise de conjuntura, de planejamento das ações da escola e da própria comunidade.
● **Tempo/Espaço Registro**: o conhecimento deve ser a todo momento avaliado. Como já foi mencionado neste texto, não se trata apenas de aprovar ou reprovar conhecimentos escritos ou oralmente trabalhados com os educandos, mas de avaliar enquanto processo construtivo, nos encontros, nos debates, nas rodas de leitura e de escrita, no campo e nas visitas, nas atividades práticas, no esforço realizado para articular conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos, fenômenos locais e globais.

2.4 Avaliação

O processo de avaliação nos ciclos de formação que pretende respeitar os tempos de desenvovimento dos educandos, descrito às folhas 83 a 87, atesta uma concepção dialógica, mediadora e emancipatória. Farão uso da auto-avaliação individual e coletivamente, bem como do Conselho de Classe Participativo.

Estes acontecerão bimestralmente e terão a participação dos pais e comunidade. Ocorrerão em dois momentos: pré-conselho e conselho de classe.

II - No Mérito

A proposta pedagógica ora descrita refere-se à oferta do Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos, no Colégio Estadual Diogo Ramos, localizado na Comunidade Remanescente de Quilombo João Surá, do Município de Adrianópolis, Vale do Ribeira, organizado em ciclos de formação, em regime de alternância para alunos de outras 4 comunidades quilombolas (Córrego do Franco, Estreitinho, Três Canais e São João) de Adrianópolis e 1 de Bocaiúva do Sul (Areia Branca) e com salas intermediárias. Os docentes atuarão por áreas, sendo 4 docentes para cada etapa.

A proposta está fundamentada nos princípios constitucionais e normativos da educação brasileira.

Destaca-se que as áreas do conhecimento são denominadas de forma diferente às Diretrizes Curriculares Nacionais, dessa forma:

- Linguagens e Comunicação;
- Ciências Exatas;
- Ciências da Natureza;
- Ciências Humanas;
- Cultura Corporal.

A Deliberação n.º 04/99-CEE/PR, nos artigos 31 e 37, com base na LDB, normatiza experiências pedagógicas, desde que analisadas por esse Conselho, antes de sua execução.

PROCESSO N.° 1415/09

Ainda, para haver o reconhecimento de tais ofertas o órgão executivo deve acompanhar e supervisionar os experimentos, enviando relatórios circunstanciados ao CEE que analisará e avaliará a continuidade dos mesmos.

II - VOTO DA RELATORA

Esta relatora é favorável à autorização para funcionamento do Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos, fundamentados na Proposta Pedagógica para Escolas Quilombolas do Estado do Paraná, do Colégio Estadual Diogo Ramos – Ensino Fundamental e Médio, localizado na Comunidade Remanescente de Quilombo João Surá, do Município de Adrianópolis, Vale do Ribeira, organizados em ciclos de formação, com salas intermediárias, em regime de alternância para alunos das comunidades quilombolas (Córrego do Franco, Estreitinho, Três Canais e São João) de Adrianópolis e Areia Branca de Bocaiúva do Sul, em caráter experimental, por dois anos, a partir do ano de 2010.

Cabe à SEED encaminhar a este Conselho o pedido de reconhecimento dos cursos, conforme o § 4º do artigo 37 da Deliberação n.º 04/99-CEE/PR, contendo relatório circunstanciado.

Devolva-se o protocolado à SEED para as providências necessárias.

É o Parecer.

CONCLUSÃO DA CÂMARA
A Câmara de Educação Básica aprova, por unanimidade, o Voto da Relatora.

Curitiba, 03 de março de 2010.

Romeu Gomes de Miranda
Presidente do CEE

Darci Perugine Gilioli
Presidente da CEB